

## Da inclusão digital ao digital que inclui

From digital inclusion to the digital that includes

*De la inclusión digital a el digital que incluye*

Karla Saraiva – Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)

Carine Bueira Loureiro – Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)

### RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir as transformações das possibilidades de acesso à rede mundial de computadores, problematizando os modos de inserção na galáxia internet. A partir de uma retomada das políticas de promoção da inclusão digital, em especial no campo educacional, mostra-se que a apropriação dos meios digitais vem-se realizando com muito maior sucesso através de outras estratégias. Esta apropriação vem ampliando rapidamente a base de usuários, permitindo acesso a processos de ativismo político que passam pelo uso de ferramentas digitais, particularmente, as redes sociais. Neste sentido, o artigo defende que estaríamos passando de uma ênfase nas políticas de inclusão digital para um uso das tecnologias digitais que inclui nos processos políticos de constituição do mundo.

**Palavras-chave:** inclusão digital; ativismo; insurgências.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss the transformations of the possibilities of access to the world wide web, problematizing the insertion modes in the internet galaxy. From a resumption of policies to promote digital inclusion, especially in the educational field, it is shown that the appropriation of digital media has been much more successful through other strategies. This appropriation has been rapidly expanding the user base, allowing access to processes of political activism that involve the use of digital tools, particularly social networks. In this sense, the article argues that we would be moving from an emphasis on digital inclusion policies to a use of digital technologies that includes into the political processes of world constitution.

**Keywords:** digital inclusion; activism; insurgencies.

### RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir las transformaciones de las posibilidades de acceso a la red mundial de ordenadores, problematizando las maneras de inserción en la galaxia del internet. A partir de una reanudación de las políticas de promoción de la inclusión digital, en especial en el campo educativo, el artículo muestra que la apropiación de los medios digitales se ha llevado a cabo con mucho más éxito a través de otras estrategias. Esta apropiación viene extendiendo la base de usuarios rápidamente, permitiendo el acceso a procesos de activismo político que pasan por el uso de herramientas digitales, particularmente las redes sociales. En esta dirección, el artículo defiende que estaríamos pasando de un énfasis en las políticas de la inclusión digital para un uso de las tecnologías digitales que incluye en los procesos políticos de constitución del mundo.

**Palabras-clave:** inclusión digital; activismo; insurgencias.

## Introdução

[...] as novas variantes tecnológicas da comunicação digital, em processo de rápida evolução, estão transformando o conceito de público. Consumidores de notícias se tornam produtores de notícias. Fronteiras e tópicos nacionais se tornam menos importantes. Novas paisagens de comunicação emergem – fragmentadas, individualizadas e espalhadas simultaneamente em redes nas quais o poder dos meios de comunicação é quebrado (BECK, 2018, p. 175-176).

Experimentamos, especialmente a partir do primeiro decênio do século 21, fenômenos sociais, políticos e econômicos que se diferem daqueles que podem ser considerados típicos da Modernidade. São transformações que ainda não apreendemos, mas que mobilizam os sujeitos de formas antes não vistas. Isso quer dizer que produzem formas de ser e de estar que se distanciam daquelas constitutivas do sujeito moderno. Podemos afirmar que nos encontramos em um processo de “transformação muito mais radical” (BECK, 2018, p. 35), que está para além da mudança que “implica que algumas coisas mudam, porém outras permanecem iguais” (p. 15). Os eventos que marcam a era atual, e que “não assume[m] a mesma forma em todas as regiões do mundo” (p.35), “desafia[m] nosso modo de estar no mundo, de pensar sobre o mundo, de imaginar e fazer política” (p. 36). Beck (2018) desenvolve o conceito de metamorfose para explicar esse conjunto de transformações que marcam a atualidade.

Nessa linha, questões que antes não angariavam a visibilidade necessária para ocupar o centro das discussões e das preocupações políticas, sociais e econômicas, tornam-se visíveis e podem passar a ser tomadas como preocupações globais. Este tipo de transformação tem a ver com o fato de que a comunicação, entendida a partir do conceito de metamorfose, passa a ter um papel fundamental, pois ela traz para a cena inquietações que são de ordem global e, também, local. Inquietações, como mudanças climáticas, crise financeira, questões de gênero etc., acabam por constituir públicos globais, pois a “comunicação digital tornou-se um espaço histórico para a comunicação pública” (BECK, 2018, p. 177). Conforme aponta Castells (2017, p. 169),

movimentos sociais em rede têm ocorrido em contextos extremamente diferentes: não apenas em diferentes culturas, ambientes institucionais e níveis de desenvolvimento, mas em condições econômicas e políticas altamente divergentes.

Desse modo, interessa-nos trazer aqui uma discussão acerca das possibilidades de inserção, participação e visibilidade dos sujeitos promovidas pelas tecnologias digitais. De antemão, assim como outros autores que se debruçam sobre esta temática (LOPES; FABRIS, 2013), (THOMA; KRAEMER, 2017), cabe pontuar que a

emergência da noção de inclusão está estreitamente tramada com a consolidação de uma governamentalidade neoliberal, cujo princípio de inteligibilidade é a concorrência. Isto implica na necessidade de que todos participem do grande jogo do mercado, ainda que isto não signifique que todos ingressem no mesmo ponto, nem com o mesmo cacife. Afirmamos, nesta lógica, que a inclusão de qualquer ordem se constitui em um imperativo do nosso tempo e, como tal, impõe-se para todos, embora haja gradientes de inclusão (LOPES et. alli, 2010). Portanto, ninguém pode ficar fora da grande rede neoliberal. Esta rede é composta por infinitos nós, que são os sujeitos. É precípua que nenhum dos nós seja desfeito, pois isso comprometeria o funcionamento da rede.

Isto posto, compreendemos a inclusão como um conceito composto que abarca as noções de integração e de permanência. Por esse viés, a inclusão digital, implica, não somente o acesso às tecnologias conectadas à internet, mas também a continuidade da participação na rede que se constitui nesta virtualidade. Assim, o acesso à rede conectada à internet pode produzir uma “reversibilidade limitada, mas necessária, da proximidade e da distância” (BUTLER, 2018, p. 115). É essa reversibilidade que pode forjar alguns vínculos e assim fazer com que nos sintamos lá e aqui, “o que está acontecendo lá, também acontece, em certo sentido aqui” (BUTLER, 2018, p. 115). A comunicação digital pode propiciar que questões locais se tornem visíveis e se tornem questões públicas

O ponto central da discussão que desenvolvemos nas páginas seguintes é a emergência de um ativismo que se torna possível por meio da conexão em rede, produzindo novos gradientes de inclusão. Para tanto, iniciamos a discussão a partir das relações que se estabelecem entre a disseminação da conexão em rede pelas vias da educação escolarizada e em como tal investimento cria as condições de possibilidade para a constituição de um tipo de sujeito que incorpora no seu modo de ser e de estar as condições da lógica neoliberal e a necessidade de estar disponível para acessar e ser acessado. Na sequência, discutimos os limites das iniciativas educacionais, mostrando uma apropriação do digital não institucionalizada e como esta apropriação está permitindo outra possibilidade de inclusão, imprevisível e acontecimental.

## Da universalização à participação na cultura digital

A propagação da ideia de inserção e uso das tecnologias digitais na educação pública brasileira pode ser descrita em três grandes momentos. O primeiro deles foi dedicado à disseminação das tecnologias da informação e comunicação na educação. O Programa Nacional de Informática Educativa, de 1989, e o Programa Nacional de Informática na Educação, de 1997, representam este período de investimentos no “universalizar o uso da tecnologia de ponta no sistema público de

ensino” (BRASIL, 1997, p. 1). O Proinfo marca um passo adiante em relação ao seu antecessor, pois promove a instalação de laboratórios de informática nas escolas.

Um segundo momento emerge a partir dos anos 2000 com os Programa Banda Larga nas Escolas, de 2008, e o Programa Um Computador por Aluno (Prouca), de 2010. O primeiro tinha como princípio a implantação de rede banda larga para acesso à internet em escolas públicas de educação básica. O último, ao dispor de cabeamento para o acesso à conexão em rede, promoveu a individualização do acesso às tecnologias digitais e à conexão por meio da distribuição de computadores portáteis individuais. De modo distinto do que possibilitavam os laboratórios criados por meio do Proinfo, o Prouca primava pela mobilidade do uso da tecnologia e acesso individuais, em qualquer tempo e lugar à conexão em rede.

Por meio dos discursos reverberados pelo Prouca, diferente dos programas que o antecederam, é possível identificar investimentos na constituição de um tipo de sujeito, mais voltado para a necessidade da conexão em rede: o *Homo oeconomicus accessibilis* (LOUREIRO; LOPES, 2015). Este tipo de sujeito comporta-se como um empresário de si mesmo e mantém-se disponível para acessar e ser acessado. É uma subjetivação própria deste tempo em que cabe a cada um e a todos garantir as suas condições de empregabilidade e de participação na conexão em rede. Com isso, não queremos dizer que todos os seres humanos comportam-se da mesma forma, pois não somos “sujeitos unificados de um regime coerente de governo que produz pessoas da forma como sonha” (ROSE, 2013, p. 57). Ao contrário disso, somos atravessados por diferentes práticas que nos subjetivam de diferentes maneiras (ROSE, 2013). A subjetivação consiste em

efeitos de composição e recomposição de forças, práticas, relações que se esforçam ou operam para transformar o ser humano em diversas formas de sujeito, que sejam capazes de se constituir em sujeitos de suas próprias práticas, bem como das práticas de outros sobre eles (ROSE, 2013, p. 236-237).

Todavia, os investimentos em políticas de disseminação das tecnologias digitais na educação modificam-se e, em 2017, na linha dos investimentos que contemplam a ampliação do acesso, o Governo Federal lança o Programa de Inovação Educação Conectada (Proiec). Este programa, além de “apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico das tecnologias digitais na educação básica” (BRASIL, 2017a, s/p.), incentiva “o potencial da cultura digital na educação brasileira” (BRASIL, 2017b, p. 1) e preconiza “protagonismo e participação ativa de alunos e professores no processo de aprendizagem” (BRASIL, 2017c, p. 3).

Desse modo, os discursos do Proiec deixam claro que acessar e estar disponível para ser acessado já não é mais suficiente. A participação na cultura digital, mais do que acesso, demanda participação. Ser ativo passa a compor as

regras do jogo. É o *fazer*, mais do que o ser e o estar, que ocupa o centro deste processo que se dá na intersecção entre o uso das tecnologias conectadas à internet e a educação escolarizada. A aliança entre protagonismo e participação na cultura digital tem relação estreita com lógica propagada pela semântica do neoliberalismo, que dissemina a ideia de que é o próprio sujeito quem deve assumir a responsabilização pela sua aprendizagem, mas especialmente pela sua capacidade de empregabilidade. Mais especificamente, “o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 326). O foco desta racionalidade é a produção de um “sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Paradoxalmente, é o fazer na internet, a necessidade de manter-se ativo na conexão em rede, que, ao mesmo tempo em que cria as condições para a constituição do *Homo oeconomicus accessibilis*, também amplia as possibilidades e produz outras formas de comunicação que, por conseguinte, geram fenômenos nem sempre previsíveis, ou controláveis. Para Beck (2018), os efeitos da comunicação digital constituem um dos estágios da metamorfose, “surgem sem ser planejados, em oposição ao discurso hegemônico sobre progresso, e são de difícil controle” (BECK, 2018, p. 172). Isso não quer dizer que estes efeitos sejam positivos ou negativos, o que isso demarca é que a comunicação digital também pode ser produtora de efeitos que dão visibilidade a fenômenos que outrora estavam esmaecidos.

A conexão em rede coloca em contato sujeitos que estão distantes entre si e permite a propagação de ideias de modos que a presencialidade não possibilita. A rede reúne no tempo sujeitos dispersos no espaço e torna-se condição de possibilidade para o fortalecimento de grupos minoritários. Tal comportamento traz outras cores para a participação na cultura digital, que não fica restrita ao protagonismo, no sentido de capitalização do sujeito para o mundo do trabalho, mas para uma espécie de ativismo – que não está relacionado com a atividade empreendedora de si mesmo – que pode modificar o *status* de pautas relacionadas a questões de gênero, raça, políticas migratórias, pautas ambientais etc. Podemos arriscar a dizer que se manter ativo por meio da comunicação digital pode ser uma das formas de permanência na cultura digital e, por conseguinte, um dos gradientes da inclusão digital.

## Da inclusão digital ao digital que inclui

Conforme já apontamos anteriormente, a racionalidade neoliberal tornou necessário incluir aqueles que não possam entrar no jogo do mercado por seus próprios meios. Frente a estas problematizações, parece-nos possível afirmar que a

inclusão, tal como vem sendo constituída, seja na sua vertente escolar, seja na sua vertente social, funciona como uma estratégia para inserir determinados sujeitos em mundos previamente organizados. Portanto, a inclusão não vem sendo produzida como prática de participação na construção dos mundos, mas como concessão para habitar mundos já construídos de antemão, por outros que sempre ali estiveram.

Particularmente, a inclusão digital, como também discutimos antes, conforma-se de modo a fazer com que todos participem da cultura digital, funcionando como uma estratégia para a produção do *Homo œconomicus accecipibilis*, uma subespécie do *Homo œconomicus* contemporâneo que gere sua vida como uma empresa, raciocinando em termos de investimentos e taxas de retorno. Neste sentido, desde os anos 1990, o Governo brasileiro, inserido nesta racionalidade, desenvolveu uma série de ações para promoção da inclusão digital. Boa parte destas iniciativas teve como lócus a escola ou utilizou um modelo escolarizado, conforme já mostraram Saraiva e Santos (2009).

Mesmo considerando que a inclusão digital não se restringe ao acesso, entendemos que esta seja sua condição primeira e mais básica. Neste sentido, as pesquisas desenvolvidas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBR, 2018) mostram que 34% dos brasileiros acessavam a internet, em 2008, contra 67%, em 2017. Cabe destacar que, na faixa etária entre 16 a 24 anos, o número de usuários, em 2017, era de 88%, superior à média europeia de 80%. Outro ponto importante, é que, nos últimos anos, os avanços na ampliação do número de usuários deram-se, principalmente, por meio da inclusão das classes C, D e E.

As iniciativas governamentais ou de outras entidades paraestatais, entretanto, tiveram alcance limitado para esta expansão. A inserção dos usuários nas redes digitais aconteceu, principalmente, por meios próprios. Em um primeiro momento, entre meados da primeira década do século 21 e início da segunda, o grande instrumento de apropriação foram as chamadas *lanhouses*, estabelecimentos comerciais que ofereciam equipamentos com acesso à rede por meio do pagamento de taxas relacionadas ao tempo de uso. A seguir, aconteceu uma rápida popularização dos *smartphones*, que hoje ocupam, com folga, o posto de meio de acesso preferencial à internet. De acordo com a última pesquisa publicada pelo CGIBR (2018), em 2017, 96% dos usuários de internet do país faziam uso do celular para acesso à rede. 49% utilizavam exclusivamente o celular, 47% utilizavam o celular e o computador e apenas 4% tinham acesso apenas pelo computador.

Frente a este cenário, parece-nos que os discursos acerca da necessidade de inclusão digital estão hoje um tanto esvaziados. Em relação ao uso de tecnologias nas escolas, tendo em vista o grande número de celulares em circulação, o modelo que hoje vem sendo implantado afasta-se, gradativamente, da montagem de laboratórios de informática em direção à implantação de redes *wifi* em todos

ambientes para que a tecnologia digital possa ser incorporada à sala de aula, como é o caso do Proiec.

Considerando que a inclusão seja pensada como estratégia para dar acesso àqueles que não o podem ter por conta própria, pensamos que seja adequado argumentar que os segmentos menos favorecidos da população brasileira tornaram-se usuários da internet não por meio das estratégias de inclusão digital, mas por uma apropriação autônoma da rede mundial. Esses sujeitos conseguiram, por seus próprios meios, prover condições de acesso, o que sinaliza que o imperativo da conexão foi mais eficaz do que as estratégias de inclusão digital para colocar todos dentro da galáxia da internet (CASTELLS, 2003). A conexão à rede mundial tornou-se, em nossos dias, um imperativo tendo em vista que cada vez mais a vida social, em seus diversos aspectos, organiza-se em torno da comunicação digital. Estar *off-line* é percebido por parcelas crescentes da população, e de modo cada vez mais agudo, como sendo estar fora dos acontecimentos da vida.

Os sujeitos, que se transformaram em internautas por meio de suas próprias iniciativas, chegam a uma rede que se configura como uma terceira onda, chamada de *web 3.0*, caracterizada por sua alta interatividade e por seus algoritmos de personalização de conteúdos. A *web 3.0* intensifica um fenômeno que já estava presente anteriormente: o uso da internet como ferramenta imbricada com lutas políticas. Estes usuários, que se apropriaram da galáxia da internet sem esperar pelas estratégias de inclusão digital, encontram a possibilidade de participar destes movimentos políticos *online*. Neste sentido, estes usuários das classes menos favorecidas apropriaram-se do digital e, assim, estabeleceram virtualidades para incluir-se na construção de outros mundos.

A partir da discussão de outros autores, é possível questionar os efeitos do digital na esfera da política e do ativismo social. Uma discussão bastante atual é a de que o digital estaria contribuindo para a morte da política e do ativismo. De acordo com White (2010), um dos fundadores do movimento *Occupy Wall Street*, o clickativismo, ou seja, o ativismo baseado exclusivamente no uso de ferramentas digitais, estaria destruindo o ativismo. Segundo o autor, o clickativismo é baseado no compartilhamento de conteúdos e na promoção de ações que envolvem os indivíduos apenas superficialmente, não exigindo mais do que alguns segundos de atenção e ações cada vez mais simples, visando a ampliar a adesão.

Este tipo de ação costuma mobilizar números muito maiores do que o ativismo tradicional, que requer participação presencial e envolvimento com movimentos sociais ou, pelo menos, em manifestações que ocupam as ruas. Entretanto, os números de adesões a causas por meio de apoio digital, em geral, não se traduzem em conquistas, levando os participantes a se decepcionarem com o ativismo como um todo. O fato de que as ações *online* causam poucos prejuízos e têm pouca visibilidade seria a razão de seu insucesso, porém, como os participantes

não conseguem compreender essa relação, tornam-se descrentes em relação ao ativismo em geral e abandonam qualquer possibilidade de militância (WHITE, 2010).

Castells (2017), ao escrever sobre movimentos que se deram no início dos anos 2010, mostrou-se otimista em relação ao potencial que as redes têm em promover reuniões presenciais. Neste sentido, existe uma convergência entre as discussões deste autor e aquelas de White: a rede, sozinha, não tornaria possíveis transformações nas formas de governar um país. Porém, ela teria a capacidade de mobilizar e trazer multidões para a rua, funcionando como um catalisador para a rebelião. Esta obra de Castells foi publicada originalmente em agosto de 2012, abordando eventos que se desdobraram entre 2010 e 2011, iniciando com a Primavera Árabe, passando pelos *Indignados de Madrid* e *Occupy Wall Street*. Portanto, o autor ainda escrevia no calor dos acontecimentos e acreditava nas possibilidades democráticas que essa aliança, entre a rede e a rua, poderia oferecer.

Estes movimentos que trouxeram o ativismo para a rua podem ser pensados como uma articulação entre inclusão e digital, porém em um diferente registro. Não mais a inclusão digital, tomada tanto como a possibilidade de conexão, quanto como as habilidades de uso, mas o digital como estratégia de inclusão na construção de outros mundos. Como já apontamos, a inclusão digital, tal como foi discutida desde o final dos anos 1990, seria uma estratégia de inserção em um mundo pré-existente. Já o digital que inclui é uma estratégia para estabelecer vínculos políticos, com potencialidade de produzir outros mundos e outras formas de vida; é o uso dos artefatos digitais para se tornar partícipe da construção de outros possíveis.

Contudo, o mundo seguiu em frente. A Primavera Árabe não consolidou regimes democráticos, os efeitos do *Occupy* foram muito modestos e os *Indignados* formaram o partido político *Podemos* na Espanha e estão tentando ganhar algum espaço no sistema representativo. Portanto, após a euforia inicial, foi possível compreender as limitações destes ativismos. “Se já vimos multidões coléricas fazer revoluções, nunca vimos massas indignadas fazer outra coisa que não protestar de forma impotente” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 67)

Castells (2018) retorna, em outra obra de 2017, às discussões sobre a política contemporânea e apresenta uma visão bem mais sombria do que aquela de 2012. Para o autor, o intervalo entre 2012 e 2017 foi marcado por uma crescente deslegitimação da política representativa. As revoltas do início da década, mais do que não produzirem as mudanças desejadas, parecem ter reconduzido os caminhos da política em muitos países rumo a uma negação da política representativa, produzindo uma decomposição do sistema político e apoio a candidatos que expressam mais uma individualidade do que um partido. Podemos citar, como exemplos, o de Trump, que se elegeu, nos EUA, sem apoio de seu próprio partido, ou o de Bolsonaro, que se elegeu e ajudou a eleger muitos parlamentares, no Brasil, por uma sigla obscura, sem consolidação partidária. “Na raiz desse novo panorama

político [...] está a distância crescente entre a classe política e o conjunto dos cidadãos” (CASTELLS, 2018, p. 10).

Assim, é razoável supor que, embora o digital tenha virtualidades capazes de incluir na produção de novos mundos, não se tem mostrado uma ferramenta potente quando a via de luta é pela política representativa. Como já assinalava Foucault (1995) e reitera o Comitê Invisível (2016), as lutas contemporâneas estão deixando para trás o terreno político e se vêm estabelecendo no plano da ética. “Atualmente, a luta contra as formas de sujeição - contra a submissão da subjetividade - está-se tornando cada vez mais importante” (FOUCAULT, 1995, p. 236).

Já não basta mudar quem nos governa ou as formas de Governo. Se o mundo avança rumo a um ultraliberalismo assentado na articulação de um anarcocapitalismo, que cada vez mais arrasa as intervenções estatais que visam à promoção da justiça social, com uma perspectiva conservadora em termos de costumes, calcada em uma identidade idealizada, fundada em supostos valores tradicionais de família e religião, a solução não é engatar a marcha a ré e tentar recuperar formas governamentais que foram superadas. “Há, nas insurreições contemporâneas, algo que [...] desconcerta de modo particular: elas não partem mais de ideologias políticas, mas de verdades éticas” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016, p. 53). Observando o cenário atual, parece-nos que as lutas que estão sendo travadas, e que fomentam adesões consistentes, estão voltadas para a produção de formas de vida diferentes das atuais, que sejam mais igualitárias e que tenham uma abertura ética para as diferenças. Essas lutas não se expressam por meio de assembleias e não tomam as ruas, mas se difundem de forma microfísica.

Neste sentido, a inclusão por meio do digital parece-nos ser viabilizada por meio de insurgências éticas que capturam adesões para transformações das relações consigo e com os outros por meio do uso da rede mundial. Um dos principais movimentos neste sentido, no nosso entender, é aquele que vem sendo chamado de feminismo de quarta geração ou feminismo 4.0. Essa nova onda do feminismo, que se consolida na segunda década do século 21, apoia-se fortemente na divulgação de suas ideias por meio da *web*. Os conteúdos são veiculados por meio de canais de *Youtube*, *blogs* e redes sociais, podendo haver uma articulação entre estas ferramentas. Algumas autoras produzem análises e discussões com maior densidade teórica e embasamento acadêmico, como Dolores Aronovich, professora da Universidade Federal do Ceará e autora do blog *Escreva, Lola, escreva*<sup>1</sup>. Outras tratam do tema de forma leve e buscam discutir situações do cotidiano, de modo que as

---

<sup>1</sup> Blog *Escreva, Lola, escreva*. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/>.

mulheres possam perceber como a violência de gênero às vezes torna-se imperceptível por sua naturalização, como a *youtuber* Jout Jout<sup>2</sup>.

Sem negar a importância de estudos acadêmicos e artefatos que realizem discussões acerca do feminismo, a partir de uma perspectiva teórica mais aprofundada, parece-nos possível afirmar que são os canais que realizam uma comunicação mais leve e que utilizam uma linguagem mais popular os principais responsáveis pela ampla disseminação das ideias feministas junto a um grande contingente de jovens mulheres. Como afirma Rago (2017), o feminismo nunca atingiu com tanta força as jovens como neste momento.

Diferente das lutas políticas que visam a mudar governantes, leis e sistemas de Governo, o feminismo não mira na tomada de poder, mas na produção de outras formas de vida que produzam novos modos de ser e estar no mundo. Não busca superar um inimigo, mas reconstruir relações buscando igualdade e combate à violência de gênero. Deste modo, entendemos que seja inadequado tratar esse movimento como uma revolução, tendo em vista que revoluções têm por objetivo a tomada de poder. O feminismo, em especial na sua versão 4.0, constitui-se como uma forma de insurgência sem revolução, como uma coleção de pequenas revoltas cotidianas que se capilarizam pelo tecido social. Engana-se quem pensa que o feminismo é assunto apenas de mulheres: o feminismo é uma proposta de ressignificação das relações, visando a produzir uma vida outra<sup>3</sup>. Os avanços do feminismo exigem que não apenas as mulheres se constituam como subjetividades feministas, mas que, também, consigam implicar os homens nessa transformação.

A atual onda feminista constitui-se e se dissemina, justamente, por meio de uma *web* interativa e com facilidade de criação e compartilhamento de conteúdos, associada à participação de uma parte crescente da população que se apropria das redes. Portanto, acreditamos que se a internet não tem conseguido ter muito sucesso para a mobilização de lutas na área da política institucional, tem-se mostrado potente como suporte para as insurgências éticas, em especial, no caso do feminismo. As lutas políticas institucionais exigem manifestações públicas, presença nas ruas, corpos que se localizam no espaço público, coletivamente. Estas exigências encontram limitações pelas urgências da vida contemporânea. O desgaste que causa a ocupação das ruas em pouco tempo retira o entusiasmo de manifestantes e deixa o caminho livre para que não se alcancem resultados substantivos em termos de

---

<sup>2</sup> Canal da *youtuber* Jout Jout. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/joutjoutprazer>.

<sup>3</sup> Foucault (2011), no seu último curso no Collège de France, intitulado A coragem da verdade, ao analisar a ética dos cínicos, cria a ideia de um "mundo outro" para diferenciar-se de "outro mundo" do cristianismo. O mundo outro e a vida outra são rupturas radicais em relação às formas tradicionais de existência, sendo que estas rupturas se dão por meio do escândalo justamente por transgredir os valores de sua época. E é neste sentido que utilizamos a expressão no texto. O feminismo pretende criar uma vida outra, que rompa com valores da sociedade patriarcal e, para isto, muitas vezes causa escândalo.

transformações políticas e para que haja apoio a propostas populistas e simplistas. As manifestações sem liderança e sem uma pauta clara, no campo político, são ondas de indignação. E, como já apontou o Comitê Invisível, a indignação é insuficiente para destituir o poder político.

As insurgências éticas do feminismo 4.0 não exigem a tomada da rua. Apesar de podermos apontar manifestações feministas que aconteceram no espaço público, nos últimos anos, a adesão ao feminismo, na maior parte das vezes, não se dá por apoio a um movimento social ou a um coletivo, mas pela aceitação de seus princípios, pelos questionamentos que cada uma e cada um faz das suas relações consigo e com os outros, largamente pautados pelas problematizações que chegam por meio dos artefatos digitais. O feminismo não visa a uma vitória, mas se constitui como processo de transformação permanente. As subjetividades insurgentes não colocam um objetivo final que, uma vez atingido, representa a vitória e acalma a insurgência (FOUCAULT, 2004). As subjetividades insurgentes não retornam sua forma anterior e fazem da insurgência, da contestação e das revoltas cotidianas um *ethos*.

Deste modo, consideramos que a maciça adesão à galáxia da internet, promovida pelos sujeitos de forma autônoma, orientados por um imperativo da conexão, produziu as condições para que se passasse das discussões acerca da necessidade de inclusão digital para as discussões sobre como se incluir na construção de uma vida outra. Aquela inclusão digital, que visava a inserir todos em um mundo já dado, agora, é reconfigurada por meio da interação e da produção de conteúdo e cria, assim, as possibilidades para que o uso das tecnologias digitais abra espaços para a inclusão de vozes muitas vezes silenciadas na construção de um mundo outro.

As tecnologias digitais estão permitindo produzir outros campos de visibilidade e outras linhas de enunciação que deslocam os modos de compreender as relações com os outros e consigo. Tomemos o exemplo da violência de gênero, principal ponto de discussão do feminismo 4.0 (HOLLANDA, 2018). Por meio das tecnologias digitais, muitas mulheres puderam perceber as violências que sofrem em relacionamentos abusivos, ao serem continuamente desvalorizadas e silenciadas por conta de seu gênero, ao terem seus corpos submetidos a normas estéticas e morais que só valem para a parcela feminina da população.

O crescimento das discussões acerca do feminismo e da adesão das mulheres a suas ideias tem trazido, a reboque, o crescimento da resistência, também, fortemente apoiado no digital. Por um lado, na internet, mulheres feministas são desqualificadas em diversos aspectos, sendo representadas, frequentemente, como feias, agressivas, não atraentes e sem cuidados estéticos, produzindo o feminismo como um tema de interesse de mulheres repulsivas e solitárias. Por outro lado, alguns ataques apelam para uma violência mais explícita, como mostram, por

exemplo, as ameaças e intimidações recebidas por Lola<sup>4</sup> ou as manifestações contra a presença de Judith Butler no Brasil, em 2017<sup>5</sup>. Entretanto, como a própria Butler afirmou, esses ataques sinalizam, justamente, o fortalecimento do feminismo, bem como dos LGBT+<sup>6</sup>, o que causaria raiva nos conservadores.

É o evidente crescimento do feminismo, nos últimos anos, que utiliza como ferramenta para sua difusão os artefatos digitais, que vem suscitando a violência. Neste sentido, parece-nos que as pessoas que se colocam em evidência, como difusoras de ideias feministas, ajam como parresiastas éticas, colocando-se em risco para enunciar verdades em nome próprio<sup>7</sup>. E são essas feministas que utilizam o digital para se incluir na produção de outros modos de ser e estar no mundo não alinhados com os valores e práticas de uma sociedade patriarcal, mesmo que alguns tentem calá-las e mantê-las excluídas na produção de uma vida outra sob a égide da igualdade de gênero.

## Conclusão

O digital que inclui foi o foco da discussão por nós desenvolvida neste artigo. Dito de forma mais detalhada, problematizamos a forma como se dão, especialmente via movimentos feministas, os novos gradientes de inclusão produzidos pelas possibilidades de interação digital.

Iniciamos com a apresentação das investidas do Estado brasileiro, desde a segunda metade da década de 1990 até a atualidade, na promoção da inclusão digital pelas vias da educação escolarizada. Embora o Estado ainda não tenha dado conta do provimento do acesso à conexão em rede em sua totalidade, os dados do

<sup>4</sup> O ódio que Lola desperta é tão grande que foi criado um *blog* a fim de difamá-la, denominado Lolagate (<https://lolagate.wordpress.com/>). Uma reportagem da Revista Fórum, intitulada *Blogueira Lola Aronovich é ameaçada novamente*, resgata um pouco das agressões constantes que ela sofre (<https://revistaforum.com.br/blogueira-lola-aronovich-e-ameacada-novamente-adoraria-esfregar-sua-cara-fetida-no-chao/>).

<sup>5</sup> Judith Butler visitou o Brasil em 2017, a fim de proferir uma palestra no SESC Pompeia/SP. Na época, aconteceram protestos por sua presença no país por parte de grupos conservadores que identificavam a filósofa com a chamada “ideologia de gênero”. Ver reportagens do site UOL (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/07/manifestantes-protestam-contrafilosofa-americana-judith-butler-em-sao-paulo.htm>) e do jornal O Globo (<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/polemicas-cercam-segunda-vinda-de-judith-butler-ao-brasil-22032441>). Além dos protestos na frente do Sesc, houve um abaixo assinado *online* com mais de 300.000 assinaturas pedindo o cancelamento de sua palestra e campanhas para avaliações negativas do SESC Pompeia, no Facebook, conforme reportagem da BBC (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41820744>).

<sup>6</sup> Estas declarações estão em um vídeo postado pela Editora Boitempo no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>).

<sup>7</sup> De acordo com Foucault (2014), o parresiasta, na antiga Grécia, era aquele que enunciava verdades em nome próprio, colocando-se em risco.

Comitê Gestor da Internet demonstram que, em 2017, um número expressivo de sujeitos já acessava a *web* por meio de seus recursos próprios.

Ao trazermos o feminismo para a discussão, nossa ideia foi tensionar como a presença de coletivos que pautam esta temática no macrocosmo digital promove gradientes de inclusão. Pontuamos, por este viés, que determinadas formas de ativismos digitais produzem inclusão daqueles que, por diferentes razões, são invisíveis e silenciados em outros espaços. Neste contexto, a relação com os programas educacionais e com as práticas pedagógicas aparece no apontamento que fazemos, nesta conclusão, sobre os tipos de investimentos que são feitos em políticas públicas voltadas para a inserção de um número cada vez maior de sujeitos nas redes da conexão.

Entendemos, desta forma, que talvez ainda mais do que apenas aportar programas voltados para a promoção do acesso às tecnologias digitais e à internet, sejam necessários investimentos em políticas do conhecimento. Com isso, não defendemos a isenção do Estado frente a seu compromisso com o provimento das condições de participação na conexão digital, especialmente, no que diz respeito à participação de estudantes e professores da rede pública de educação. Defendemos, no entanto, que o digital que inclui está diretamente comprometido com a relação que se estabelece entre os saberes da experiência e o conhecimento.

Assim, para a apropriação digital, o fomento a programas e práticas pedagógicas que municiem os sujeitos para que a produção de outras formas de vida, que possam contrapor àquelas que são estabelecidas como únicas verdades, e de mundos outros sejam possíveis torna-se tão necessário quanto a possibilidade do acesso. Neste sentido, o fortalecimento do conhecimento e, em especial, do conhecimento acerca de temas que suscitam violência, exclusão, discriminação, também precisa ser feito por meio de fomento em políticas públicas para a educação básica. A visibilidade alcançada por determinados grupos sociais, pelas vias da *web*, como é o caso de alguns movimentos feministas, está embebida de saberes da ordem da experiência, mas também de conhecimentos acerca da temática que é posta em evidência. Essa aliança terá implicações na forma como o sujeito exerce o ativismo digital e pode, assim, promover sua inclusão, por meio do digital, nas reconfigurações políticas.

Portanto, o convite que aqui lançamos é para pensar em uma escola que não seja de ajuste à governamentalidade neoliberal, à constituição do *Homo oeconomicus accessibilis*, mas que seja uma escola voltada para a promoção da insurgência contra a desigualdade e a dominação. Uma escola que supere a inclusão digital, produzindo linhas de fuga rumo a um digital que inclui na construção de vidas outras. Assim como Carvalho (2017), consideramos que seja necessário pensar uma formação para traição, isto é, uma formação orientada para promover dissensos

com respeito às conjunturas da atualidade, transformando as relações de cada um consigo e com os outros.

## Referências

BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação: diretrizes*. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017a*. Dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=82391-portaria-1602&category\\_slug=fevereiro-2018-pdf-2&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=82391-portaria-1602&category_slug=fevereiro-2018-pdf-2&Itemid=30192). Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Inovação Educação Conectada: inovação tecnológica impulsionando a educação pública brasileira*. Brasília: MEC, 2017b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=77461-conceito-do-programa-de-inovacao-educacao-conectada-pdf&category\\_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77461-conceito-do-programa-de-inovacao-educacao-conectada-pdf&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa de Inovação Educação Conectada*. Brasília: MEC, 2017c. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=77471-diretrizes-e-criterios-do-programa-de-inovacao-educacao-conectada-pdf&category\\_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=301](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77471-diretrizes-e-criterios-do-programa-de-inovacao-educacao-conectada-pdf&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=301). Acesso em: 27 jun. 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

CARVALHO, Alexandre Filordi. Formação para a traição: questões contemporâneas. In: BANNELL, Ralph et al. *Filosofia da Educação: entre a formação de educadores e a qualificação profissional*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-64.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e de esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET (CGIBR). *Acesso à internet por banda larga volta a crescer nos domicílios brasileiros*. Disponível em: <https://cgi.br/noticia/releases/acesso-a-internet-por-banda-larga-volta-a-crescer-nos-domicilios-brasileiros/> Acesso em: 26 de jul. 2020.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: n. 1, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & escritos V: Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004. p. 77-81.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão feminista*. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

LOPES, Maura C.; FABRIS, Eli H.; *Inclusão e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LOPES, Maura C. LOCKMAN, Kamila; HATTGE, Morgana D.; KLAUS, Viviane. Inclusão e biopolítica. In: *Cadernos IHU ideias*. n. 144. São Leopoldo: Instituto Humanitas, 2010.

LOUREIRO, Carine Bueira; LOPES, Maura Corcini. A promoção da inclusão digital e a constituição do Homo oeconomicus accessibilis. *Educação*. Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 329-339, set./dez. 2015.

RAGO, Margareth. Foucault, o neoliberalismo e as insurreições feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Silvio. *Michel Foucault e as insurreições*. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 363-374.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SARAIVA, Karla; SANTOS, Iolanda Montano. A internet nasce para todos. *Textura (Canoas)*, v. 19-20, p. 51-64, 2009.

THOMA, Adriana da S.; KRAEMER, Graciele M. *A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo*. Curitiba: Appris, 2017.

WHITE, Micah. *Clicktivism is ruining leftist activism*. Publicado em 2010. Disponível em: <https://www.micahwhite.com/clicktivism-seminar-essay>. Acesso em: 17 mar. 2019.

*Recebido em: 16 set. 2019.*

*Aceito em: 18 maio 2020.*

### **Karla Saraiva**

Doutora em Educação (UFRGS), mestre e graduada em Engenharia Civil (UFRGS), atualmente é docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da ULBRA. Desenvolve suas pesquisas na articulação entre currículo, filosofias pós-estruturalistas e sociedade contemporânea.

Contato: [profa.karla.saraiva@gmail.com](mailto:profa.karla.saraiva@gmail.com)

### **Carine Bueira Loureiro**

Doutora em Educação (UNISINOS), mestre em Ciência da Computação e Licenciada em Matemática (PUCRS), docente do Mestrado Profissional em Informática na Educação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Desenvolve suas pesquisas na linha de práxis educativa na sociedade digital.

Contato: [loureirocarine@gmail.com](mailto:loureirocarine@gmail.com)